

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

PROFESSIONAL TRAINING AND THE RACIAL QUESTION: REFLECTIVE NOTES FOR SOCIAL WORK

Maria Isabel Soares Barros¹

Resumo:

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito da pós-graduação, com o objetivo de analisar criticamente os avanços, limites e possibilidades da formação profissional antirracista no Serviço Social. Fundamentado no materialismo histórico-dialético, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental. Parte-se da compreensão de que o racismo não se restringe a uma herança colonial, mas configura enquanto um elemento constitutivo do capitalismo, sendo funcional à sua reprodução. Nessa perspectiva conclui-se que a formação antirracista é uma expressão de resistência contra as determinações do capital, convocando a categoria profissional a reafirmar seu compromisso ético-político com a luta antirracista e com a construção de uma sociedade emancipada.

Palavras-chave: Antirracismo; Formação Profissional; Serviço Social.

Abstract:

This article presents partial results of a postgraduate research project, aiming to critically analyze the advances, limitations, and possibilities of anti-racist professional training in Social Work. Based on historical-dialectical materialism, bibliographical and documentary research was used. The paper begins with the understanding that racism is not restricted to a colonial legacy, but rather constitutes a constitutive element of capitalism, functional to its reproduction. From this perspective, it is concluded that anti-racist training is an expression of resistance against the dictates of capital, calling upon a professional category to reaffirm its ethical and political commitment to the anti-racist struggle and the construction of an emancipated society.

Keywords: Anti-racism; Professional Training; Social Service.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco. Graduada e Mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Especialista em Relações de gênero, raça/etnia e em Políticas públicas e direitos sociais, ambas pelo Centro Universitário Internacional. E-mail: mariaisabelbarros2133@gmail.com.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Introdução

As reflexões desenvolvidas neste artigo partem da premissa de que o racismo constitui-se enquanto um elemento estrutural e estruturante das relações sociais, econômicas, culturais, políticas e históricas no Brasil. Nesse sentido, a própria história da formação social brasileira se confunde com a história da exploração e da dominação da população negra. Para alcançar tal compreensão, torna-se imprescindível racializar o debate, deslocando-o de perspectivas universalizantes que ocultam as determinações raciais da questão social. Assim, este artigo não se propõe a reproduzir um olhar eurocêntrico, ao contrário, assume explicitamente uma perspectiva crítica marxista, antirracista e anticapitalista.

A materialidade do racismo no cotidiano expressa o seu caráter estrutural, evidenciando que não se trata de um fenômeno aleatório, mas de dimensão constitutiva das relações sociais. Sob a perspectiva marxista, a realidade é compreendida como um processo único, ainda que esteja em permanente movimento e transformação. Não existem duas realidades, nem cisão entre historicidade e totalidade, assim como não se dissociam teoria e prática. Tais dimensões se articulam por meio de mediações fundamentais que possibilitam sucessivas aproximações ao real. O falseamento da realidade, nesse contexto, é compreendido à luz do conceito de pseudoconcreticidade, formulado por Kosik (1976), que designa a apreensão da realidade no plano imediato das aparências, de forma parcial e fragmentada, sem alcançar sua essência. A dialética, por sua vez, busca compreender a realidade no seu próprio movimento, sem desconsiderar fatores importantes como a sua contradição e sua totalidade, aproximando-se dela não pelo que se mostra de forma imediata, mas pelo que de fato é. Essa condição de falseamento da realidade não pode ser considerada um erro acidental e inconsciente, pois faz parte de um projeto de classes para a dominação.

Em vista disso, parafraseando² o escritor norte-americano William Faulkner, para entender a centralidade das relações raciais, “o racismo não está morto, ele sequer passou”. Entendendo que o processo de escravização³ e de abolição são etapas que fundamentam o

² Frase original: "O passado nunca está morto. Nem sequer passou", disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTgyMjY0NA/>.

³ Ao longo do texto não utilizaremos as expressões “escravos” e “escravidão”, como é habitual no senso comum, exceto nas citações diretas dos autores referenciados. Pois o significado do termo “escravo” no modo gramatical

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

sistema capitalista no Brasil, sendo o racismo não uma mera herança colonial, mas uma das dimensões necessárias para manter o capitalismo operante.

Historicamente, as instituições de ensino no Brasil constituíram-se como espaços marcados pelo elitismo e pela predominância branca, configurando-se, por longos períodos, como ambientes racialmente excludentes. Tal exclusão não se restringiu ao acesso da população negra ao ensino superior, mas também se expressou na marginalização ou mesmo silenciamento das temáticas relacionadas às desigualdades raciais e às problemáticas estruturais que conformam a questão racial no país. A implementação das políticas de ações afirmativas⁴, especialmente a Lei^o 12.711/2012 (Lei de Cotas no Ensino Superior Público Federal)⁵, a Lei 12.990/2014 (Lei de Cotas em Concursos Públicos)⁶ representaram uma inflexão significativa nesse cenário. Ao promover mudanças no perfil discente e, progressivamente, no corpo docente, essas políticas ampliaram a presença da população negra nesses espaços institucionais. Esse processo não apenas democratizou o acesso, mas também fortaleceu a reivindicação por uma transformação curricular, tensionando as universidades a incorporarem, de maneira mais consistente, os estudos sobre as relações étnico-raciais e suas determinações históricas e sociais.

Ao se pensar a construção de uma formação antirracista no âmbito do Serviço Social, é imprescindível considerar que se trata de uma profissão que atua diretamente nas expressões da questão social, exigindo profissionais que possuam uma formação crítica e conhecimento aprofundado da realidade social na qual intervêm. Nesse sentido, a centralidade da questão racial no processo formativo não se configura como temática complementar, mas como dimensão constitutiva da própria prática profissional. A ausência ou fragilidade desse debate na formação tende a produzir a falsa impressão de que se trata de um problema secundário ou inexistente, contribuindo para sua invisibilização.

É fundamental destacar que os avanços observados na incorporação da agenda antirracista na profissão têm sido, em grande medida, protagonizados por assistentes sociais

substantivo, denota a condição de escravização como natureza inerente do sujeito, o mesmo aplica-se ao termo “escravidão” (Procópio, 2021).

⁴ Essa nota, ressalta que o ingresso é extremamente importante e necessário, mas que também o processo de permanência desses alunos deve ser evidenciado, e de fato atendidos para que essa política tenha um efeito revolucionário e não apenas formal.

⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

negras, majoritariamente mulheres e intelectuais que, mesmo diante de disputas ideológicas internas, conseguiram tensionar a institucionalidade e promover reflexões coletivas no interior da categoria. Contudo, os desafios persistem. O aprofundamento desse processo depende da transformação efetiva da formação profissional, não se trata de mera formalização discursiva, mas da integração orgânica da temática aos currículos, às disciplinas, às pesquisas e às práticas de estágio, de modo que a formação profissional expresse, de maneira concreta, o compromisso ético-político com o enfrentamento do racismo estrutural.

Esse artigo integra parte de uma pesquisa bibliográfica e documental, orientada pelo materialismo histórico dialético, realizada no Programa de Pós Graduação em Serviço Social, na modalidade de mestrado, da Universidade Estadual da Paraíba. Está dividido, para além da introdução, considerações finais e referências, em três seções. A primeira intitulada de “A construção de uma formação antirracista no Serviço Social: Tensões, desafios e caminhos”, fará uma apresentação da temática, reunindo reflexões e dados importantes para situar o caminho que a pesquisa irá seguir. A segunda, intitulada de “O Serviço Social e o debate racial em perspectiva histórica: um legado a revisitar e um presente a reinventar”, irá realizar um aparato histórico da profissão relacionando-a como o debate da questão racial foi enfrentado durante os anos. Por fim, a terceira seção intitulada de “Entre silenciamentos e resistências: Construções simbólicas e políticas do debate racial no Serviço Social”, apresenta um mapeamento de ações desenvolvidas na categoria que trazem ao centro das discussões o debate racial. Apesar de apresentados de maneira fragmentada em tópicos, por uma questão metodológica, no entanto, a discussão é articulada e consiste em refletir e discutir acerca da importância do debate racial para a formação profissional no Serviço Social.

A construção de uma formação antirracista no Serviço Social: tensões, desafios e caminhos

Em busca de acompanhar o movimento do real, a formação em Serviço Social que “é um produto histórico e como tal modifica-se permanentemente, na busca de uma legitimidade teórica e prática capaz de manter a contemporaneidade da profissão, frente aos desafios colocados [...] em cada momento histórico” (Fonseca *et al*, 2014, p.72). Logo, é necessário “alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez” (Iamamoto, 2020, p. 26).

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Desse modo, a formação profissional, apreendida em sua totalidade, deve ser analisada à luz das determinações estruturais e conjunturais, políticas, culturais, históricas e ideológicas que conformam as dinâmicas sociais e regionais. Essa compreensão exige situar o processo formativo no interior das contradições que atravessam a sociedade brasileira, especialmente aquelas relacionadas à questão racial, cuja centralidade se expressa tanto na configuração das desigualdades quanto no cotidiano do exercício profissional.

Dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgados pela Agência IBGE Notícias (2023), indicam que pessoas autodeclaradas pretas (10,2%) e pardas (45,3%) somam 55,5% da população brasileira que é considerada negra, compondo, portanto, a maioria demográfica do país. Paradoxalmente, essa mesma população concentra os piores indicadores no que se refere ao acesso a emprego, educação, segurança e saneamento, conforme também apontado pela Agência IBGE Notícias (2022). Trata-se, conseqüentemente, do segmento populacional que mais demanda e acessa as políticas sociais e os serviços socioassistenciais nos quais assistentes sociais atuam.

No que se refere ao perfil da categoria profissional, pesquisa divulgada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), intitulada *Perfil de assistentes sociais no Brasil: Formação, condições de trabalho e exercício profissional* (2022), revela que 50,34% dos/as profissionais se autodeclararam pretos/as, negros/as ou pardos/as. Esse dado evidencia uma inflexão significativa quando comparado à pesquisa anterior, realizada em 2005 pelo CFESS em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), intitulada *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*, na qual 72,14% dos/as respondentes se autodeclararam brancos/as e apenas 20,32% pretos/as ou negros/as. A comparação entre os levantamentos indica mudanças importantes na composição racial da categoria, reforçando a necessidade de que a formação profissional incorpore, de maneira estruturante, a análise crítica das relações raciais na sociedade brasileira.

Diante desses dados e sendo o assistente social um executor terminal de políticas sociais, que atua diretamente com a população usuária que necessitam e utilizam essas políticas (Iamamoto, 2020), precisa ser dada ênfase e reconhecer as necessidades dessa população. Sendo necessário um profissional que

Reforce e amplie a sua competência crítica, não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade (Iamamoto, 2020, p. 58).

A articulação entre a formação profissional e a estrutura sócio-histórica brasileira apresenta-se como dimensão indispensável para análise, pois a profissão se constitui e se desenvolve no interior das determinações que conformam a sociedade. Nesse sentido, o debate racial não se apresenta como pauta externa ou acessória ao Serviço Social, mas como elemento intrínseco à sua própria configuração histórica e ao seu projeto ético-político. Ademais, o expressivo enegrecimento da categoria profissional no intervalo entre as duas pesquisas anteriormente mencionadas evidencia transformações substantivas em sua composição social, o que reforça a centralidade da temática.

Paralelamente, observa-se a incidência contínua dos movimentos sociais na reivindicação da incorporação da pauta racial no âmbito da formação e do exercício profissional. Soma-se a isso a atuação de uma vanguarda de assistentes sociais que, há décadas, vem tensionando os espaços institucionais e acadêmicos para consolidar o debate sobre a questão racial na profissão. Seja em razão da ampliação numérica da categoria, do aumento da autodeclaração racial como negra, seja pela força política dos movimentos sociais, essa mobilização expressa o próprio movimento do real, indicando que o Serviço Social brasileiro se constitui, cada vez mais, como uma profissão marcada pela presença negra. Essa inflexão produz implicações teóricas, ético-políticas e técnico-operativas que demandam respostas concretas no âmbito da formação profissional.

A construção de um perfil profissional crítico, atento à realidade e as demandas do presente em cada conjuntura social [...] se é necessário estar atento/a aos acontecimentos da realidade; se o racismo é estruturante da “questão social” brasileira e se esta é a razão de ser do Serviço Social, entendemos que o estudo e apreensão de particularidades que perpassam a questão étnico-racial é pressuposto para concretização desse projeto de formação profissional que defendemos hegemonicamente (Moreira, 2020, p. 88).

Conforme assinala Vitório (2019, p. 135), embora o Código de Ética Profissional sinalizar que o assistente social na sua atuação não deve adotar práticas discriminatórias e sim combater as diversas opressões, encontrava-se no processo de incorporação das ações afirmativas e a própria incorporação do debate racial com o Serviço Social. Nessa direção, Silva (2014, p. 9) destaca que as políticas de ação afirmativa são indissociáveis das lutas sociais que as engendraram. Ainda que sua implementação se dê na contemporaneidade, tais políticas constituem respostas históricas a um processo secular de exclusão e desigualdade racial, tendo

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

como protagonistas os/as negros/as enquanto sujeitos políticos centrais na reivindicação e conquista desses direitos.

Desta maneira, é preciso muita coerência teórica, firmeza ético-política e convicção na defesa da direção emancipatória forjada pelo Serviço Social renovado, para seguirmos fortalecendo esse legado, mas, também, trilhando debates urgentes e respondendo aos desafios e dilemas que tem se colocado para a profissão nessa quadra histórica (Moreira, 2024, p. 148).

Nessa direção, a seguinte seção pretende analisar o Serviço Social e o debate racial em perspectiva histórica, isso implica reconhecer os limites que marcaram sua trajetória, ao mesmo tempo em que se afirma a urgência de construir no presente, uma formação comprometida com o enfrentamento do estrutural do racismo na sociedade brasileira.

O Serviço Social e o debate racial em perspectiva histórica: um legado a revisitar e um presente a reinventar

Considerando que o Serviço Social tem sua gênese no Brasil na década de 1930, sua trajetória é marcada por transformações teóricas, políticas e institucionais. Ferreira (2009) destaca que, desde sua origem, a profissão foi atravessada por disputas e antagonismos em torno da formação profissional. Nos primórdios, havia divergências significativas acerca das instituições responsáveis pela formação: enquanto um setor defendia a manutenção de escolas confessionais, vinculadas à Igreja Católica, outro pleiteava a oferta da formação em instituições públicas e laicas, sob responsabilidade do Estado. Prevaleceu, naquele contexto, a influência da moral burguesa mediada pela Igreja, que desempenhou papel central na criação das primeiras Escolas de Serviço Social.

A profissão passou por um processo de ruptura no final da década de 1970, especialmente com o chamado Congresso da Virada, em 1979. Esse momento inaugura um complexo movimento de renovação profissional, ancorado na teoria social crítica, que só se torna possível mediante o rompimento com o Serviço Social tradicional. Na década de 1990, a profissão consolida esse redirecionamento com a renovação de sua regulamentação e com a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996. Contudo, apenas a partir da década de 2000 o debate sobre a questão racial passa a ser incorporado de forma mais explícita e orgânica pela categoria profissional.

Entretanto, mesmo após a incorporação da perspectiva crítico-marxista e a redefinição do projeto ético-político, a ausência de uma abordagem estruturante da questão racial na

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

formação resultou na formação de gerações de profissionais sem instrumentalização teórico-metodológica suficiente para apreender o racismo como dimensão constitutiva da questão social brasileira. Essa lacuna não pode ser compreendida como mero esquecimento ou neutralidade, mas deve ser situada no âmbito do racismo institucional, que atravessa as estruturas sociais e, conseqüentemente, as próprias profissões.

Contraditoriamente, desde a gênese da profissão os profissionais relacionam-se com essa população negra, pois tendo como principal objeto de trabalho as expressões da questão social, esse é majoritariamente o público alvo dos serviços⁷. No entanto, mesmo reconhecendo os tensionamentos provocados pelo racismo estrutural, também havia uma negação da centralidade do debate, sem voltar os olhares para essa realidade, naturalizando e conseqüentemente sendo reprodutores do racismo nos atendimentos prestados.

Quando esse debate não acontece, além de contribuímos com a manutenção da ideologia dominante-racista na sociedade brasileira, corremos um grande risco de reproduzir uma formação acrítica, a-histórica e apartada das reais necessidades de vida da população usuária que, em sua grande maioria é negra (Moreira, 2020, p. 88).

À luz das reflexões realizadas, e em consonância com Moreira (2020, p. 81), observa-se que, mesmo após a consolidação das Diretrizes Curriculares, expressa-se que “não é hegemônico o entendimento no interior da profissão, acerca de que a questão étnico-racial deve não apenas estar presente, mas ser estruturante da formação profissional”, e que a sua ausência pode colaborar para as práticas racistas.

“Sob uma perspectiva de totalidade, coerente com a essência das Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS em 1996, a questão étnico-racial deve ser trabalhada enquanto eixo estruturante e não como algo simplesmente temático, de forma fragmentada, ou ainda pior, na condição de disciplina optativa, como muitas vezes ocorre em algumas universidades” (Moreira, 2020, p.82).

Em concordância com Silva (2014, p.14), ao sinalizar que se as expressões da questão social no Brasil apresentam nos seus aspectos centrais uma intrínseca relação com os problemas sociais dos afrodescendentes, fica evidente que os estudos e discussões sobre essa população, não pode e não deve ser posta em segundo plano tanto na formação, e também na atuação

⁷ Afirmamos com base na pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira” (2024) realizada pelo IBGE, onde ela registra que a população autodeclara-se preta ou parda, ou seja, população negra, juntas representam mais de 70% do quantitativo de pobres e extremamente pobres do Brasil, sendo 56,5% do total da população do país. Para mais informações, acesse: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf>.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

profissional. Uma formação apartada desse debate não atinge as competências exigidas pelas instituições representativas, pois “a atuação dos assistentes sociais dá-se no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social” (Iamamoto, 2014, p. 618).

Ainda de acordo com Silva (2024, p.47), a primeira proposta de currículo possui caráter conservador e é um projeto modernizador, que “a partir da consolidação da profissão no seu emergente mercado de trabalho, está exposto a mudanças e confrontos advindos das lutas e dos diferentes projetos das classes sociais”. A profissão acompanha o movimento do real, enquanto ocorre esse movimento dentro da formação, é também uma reação das transformações econômicas e políticas que ocorrem no país. Silva (2024) destaca que nesse período os programas de desenvolvimento de comunidade executados passam a requisitarem novas habilidades para a profissão nos anos seguintes. Desse modo,

A elaboração dos currículos profissionais que entoam a crítica ao capitalismo é fruto de um acúmulo intelectual e político da profissão no país, que tem com o período pós-64 uma vinculação importante. Afinal, as condições impostas pelo regime que emerge nesse período produzem condições para a renovação profissional e situações com as quais a profissão precisa se confrontar no trabalho profissional, exigindo da categoria posicionamento, principalmente, sobre a agudização das expressões da “questão social” e quem está radicalmente envolvido com sua produção (Silva, 2024, p. 59).

Silva (2024), aponta uma lógica tripartite na construção dos Currículos em Serviço Social, em 1982 a proposta da formação era dividida em Teoria, História e Método. Enquanto o de 1996 será a defesa da dissociação entre ensino, pesquisa e extensão. As Diretrizes Curriculares (DC) do curso de Serviço Social foram aprovadas em novembro de 1996, sendo uma construção de oficinas realizadas tanto no âmbito regional, como no âmbito nacional em busca de fortalecer não apenas o ensino, mas a articulação do tripé: ensino, pesquisa e extensão. As Diretrizes curriculares, enfatizam a importância da articulação entre a capacidade ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativo, possuem três núcleos de fundamentação, são eles: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, não havendo hierarquia entre eles, essa indissociabilidade permite compreender, a partir das mediações presentes e concretas na realidade que estruturam o cenário histórico e social no capitalismo.

Se realizarmos uma breve reflexão sobre a contextualização da questão racial no processo de formação do Brasil, identificamos que a sua dimensão de impactos ultrapassa o

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

núcleo 2, que historicamente vem se aproximando do debate racial e do debate sobre a realidade brasileira a partir das particularidades regionais. O debate perpassa o núcleo 1, pois

Possui condições de abordar a construção do ser social, ao reconhecer a população negra como base para a criação -o trabalho escravizado fomentou a riqueza herdada, pois a autocracia escravocrata torna-se a burguesia-, e o desenvolvimento -através da exploração da força de trabalho e da composição do exército industrial de reserva- da sociedade burguesa (Barros *et al*, 2025, p. 185).

Também perpassa o 3 ao tratar, “sobre as expressões da questão social que são a razão de ser da profissão, desse modo elas carregam traços dessas relações sociais e raciais desenvolvidas na sociedade, pois majoritariamente as pessoas em vulnerabilidade, usuárias dos serviços são as pessoas negras” (Barros *et al*, 2025, p. 185).

De fato as Diretrizes Curriculares, são articuladas em cinco itens norteadores:

1. Apreensão crítica do **processo histórico como totalidade**;
2. Investigação sobre a formação histórica e os **processos sociais contemporâneos** que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as **particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social** no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de **ação contidas na realidade**;
4. Apreensão das **demandas - consolidadas e emergentes** - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o **enfrentamento da questão social**, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as **competências e atribuições** previstas na Legislação Profissional em vigor (Abepss, 1996, p.7 grifos próprios).

Diante das reflexões realizadas até então e os grifos próprios realizados revelam a intrínseca relação da questão racial com a profissão, e a emergente necessidade de cumpri-los, não meramente como requisições, mas em assumir a postura antirracista. Andrade e Souza (2023, p.7), sinalizam que na contramão dos avanços que as DC representam para a formação profissional, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), expressa e atende aos interesses da agenda neoliberal, pois articula o desmonte da educação com a sua contrarreforma e o largo avanço da privatização do ensino universitário⁸, predisposições determinadas pela reestruturação produtiva do capital.

Tais elementos, impulsionados pelas determinações e interesses do capital, tendem a deslocar o eixo de uma formação efetivamente comprometida com perspectivas anticapitalistas

⁸ Adotaremos a nomenclatura “ensino universitário” para fazer referência ao que entendemos como “ensino superior”, pois a expressão superior, sobrepõe e inferioriza as outras fases de ensino que também são importantes e necessárias (informação verbal). De acordo com a fala da professora Dra^a Marcela Mary José da Silva na aula inaugural do PPGSS do semestre 2025.1, Universidade Estadual da Paraíba, em 19 mar. 2025.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

e antirracistas. Nesse cenário, determinadas estratégias institucionais passam a operar sob a aparência de incorporação do debate, mas sem alterar substancialmente sua posição na estrutura curricular.

Entre essas estratégias, destaca-se a recorrente invocação da “transversalidade” como justificativa para a ausência de disciplinas, conteúdos ou abordagens sistemáticas sobre a questão racial. Embora a transversalidade possa, em tese, representar uma perspectiva integradora, na prática ela frequentemente se mantém no plano abstrato, sem efetiva materialização nos conteúdos, nas metodologias e nas avaliações. Esse movimento produz uma incorporação formal, mas não estrutural, reforçando a compreensão equivocada de que a temática não atravessa todas as dimensões da formação ou de que não requer centralidade analítica.

Como adverte Moreira (2024, p. 145), “mais do que transversal, precisa compor de forma radical”. Ou seja, a questão racial deve integrar o núcleo estruturante do projeto formativo, incidindo de maneira orgânica sobre os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão, sob pena de permanecer como enunciação discursiva desprovida de efetividade transformadora.

Para uma educação verdadeiramente antirracista, será necessário entender a questão racial para além de uma temática, mas uma determinação sociohistorica do país e que suas abordagens não podem e não devem ser tratadas apenas pelos indivíduos negros e/ou como temática presente no passado sem repercussão na atualidade, não reduzir a estudos em outros GTP's, “a redução da diversidade racial a um tópico de estudo é expressão de um modelo educacional fixado no etnocentrismo europeu” (Faustino, 2016, p.111). Moreira (2024, p.46), realiza uma reflexão importante em trazer que “os avanços e os acúmulos importantes que vêm sendo construídos não estão isentos de desencontros e disputas teórico-políticas”.

Um marco que exige destaque refere-se ao pioneirismo e ao protagonismo das mulheres negras (pardas e pretas), na construção e consolidação desses avanços, ainda que suas contribuições tenham sido, historicamente, invisibilizadas ou secundarizadas. A centralidade de sua atuação política e intelectual contrasta com os recorrentes processos de apagamento que marcam as narrativas oficiais da profissão.

Em consonância com Lira (2019, p.48) é necessário contar a história por um outro viés que não seja pelo ponto de vista criado/observado pela branquitude, eurocêntrica, burguesa e heteronormativa, reconhecendo as que vieram antes e as que seguem sendo protagonistas

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

sociais de extrema importância para a construção da história, e destaca a necessidade para a construção de uma nova narrativa que envolve a população negra brasileira, para que não esteja exclusivamente associada às narrativas de submissão, servidão e subordinação de forma pacífica.

Outro elemento fundamental para a compreensão desse processo é reconhecer que tais avanços não resultam exclusivamente de iniciativas individuais ou de militâncias subjetivas, ainda que estas sejam essenciais, mas também de acúmulos teóricos consistentes e de produções acadêmicas robustas, elaboradas por intelectuais negras e negros. A consolidação do debate racial no Serviço Social, portanto, é fruto de um movimento coletivo que articula ação política, produção científica e disputa de narrativas no interior da profissão.

O currículo, enquanto elemento do projeto político-pedagógico, é envolto por correlações de forças, que tem seus fundamentos para além do campo do saber. A perspectiva monorracial que indica os conteúdos e práticas educativas, não é apenas atinente às estruturas do dinamismo das instituições de ensino, isso porque as mesmas não estão imunes ao processo de produção e reprodução das estruturas racistas que marcam a sociedade de classes, ao contrário. Assumida uma perspectiva de totalidade, apreendemos, portanto, que compromissar-se com um currículo que considere a diversidade racial, diz respeito a uma postura político-educativa voltada para o enfrentamento das hierarquias raciais, estas que têm expressões diversas na vida social (Faustino, 2016, p. 110).

Dessarte, a seguir encontra-se o mapeamento dos importantes avanços que vem sendo construído pelo Serviço Social para que possam ser reconhecidos e sirvam de reflexão e motivação para efetivar mais o debate.

Entre silenciamentos e resistências: construções simbólicas e políticas do debate racial no Serviço Social

Assim como a questão racial é historicamente atravessada por disputas no âmbito da formação social brasileira, o Serviço Social não se encontra à margem dessas determinações. A profissão, inserida nas contradições da sociedade capitalista e racista, também expressa tais tensionamentos. Nesse sentido, a trajetória do debate racial no Serviço Social brasileiro é marcada por processos de invisibilização histórica e iniciativas coletivas de resistência, organização e afirmação política. Com o intuito de resgatar a inserção do debate racial no interior da profissão, foram sistematizados alguns marcos considerados relevantes para sua compreensão histórica. Ressalta-se, desde já, que esse recorte não esgota o conjunto de

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

iniciativas existentes, podendo haver outros marcos anteriores, concomitantes ou posteriores aos períodos aqui destacados. Trata-se, portanto, de uma síntese construída a partir dos elementos identificados até o presente momento da pesquisa.

Conforme assinala Vitório (2019), o primeiro posicionamento público das entidades representativas ocorreu em formato de campanha em 2003, com a realização da *Campanha Nacional do Conjunto CFESS/CRESS*, cujo tema foi “*O Serviço Social mudando o rumo da história*”. Essa iniciativa foi orientada por duas direções centrais: “demarcar a necessidade do debate racial nas entidades representativas e concretizar a vinculação do debate racial aos direitos humanos” (Ibidem, 2019, p.135). Assis (2022, p. 179), assinala que a primeira obra acerca das relações étnico-raciais publicada no Serviço Social, foi em 2009 de autoria de Roseli Rocha com o título *A questão étnico racial e a sua relevância no processo de formação em Serviço Social* em uma das principais revistas da categoria, a *Revista Serviço Social & Sociedade* de número 99 cujo o tema central da sessão era “Direitos, Ética e Serviço Social”.

Vitório (2019) sinaliza o ano de 2010, como o ano da virada para o debate racial no CFESS, pois é o ano em que a entidade realiza publicamente o debate no seu encontro nacional e realiza a publicação do *CFESS Manifesta* no Dia Nacional Da Consciência Negra. Já, Moreira (2024, p.39), assinala o ano de 2017 como um marco significativo nesse percurso, uma vez que, naquele momento, as três entidades representativas da categoria encontravam-se, simultaneamente, sob a direção de mulheres negras⁹. Esse processo evidencia o protagonismo histórico de assistentes sociais negras na disputa por espaços de poder e na formulação crítica da profissão. Ao assumirem posições estratégicas, essas mulheres tensionaram o debate, ampliando o alcance do debate racial. Trata-se, portanto, não apenas de um marco cronológico, mas de uma inflexão qualitativa na correlação de forças no interior da profissão.

Em 2018, a ABEPSS lançou os *Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social*, sua elaboração destaca a criação de um projeto de formação profissional antirracista como uma de suas prioridades políticas, reconhecendo a importância do debate étnico-racial na história do Brasil e na prática do Serviço Social.

Mesmo com as entidades, profissionais e discentes trazendo à cena do Serviço Social as discussões a respeito da questão racial no Brasil, seus impactos no fazer profissional e a importância desse debate nos cursos de graduação e pós-graduação, o que se percebe é que, no

⁹ Josiane Soares Santos (CFESS), Maria Helena Elpidio (ABEPSS), Brenda Soares Rodrigues (ENESSO) e Magali da Silva Almeida (coordenadora da ênfase raça/etnia do GTP “Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia, geração, sexualidade).

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

interior da academia a pauta não tem a centralidade que deveria ter. Dois exemplos que corroboram essa afirmativa é a quase inexistência de pessoas negras em cargos de gestão nas Escolas e Faculdades de Serviço Social e a ausência de textos de autoras/es negras/os nas ementas dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social e áreas afins (Lourenço, 2024, p.414).

Para além dos marcos mencionados, Lourenço (2024), mapeia alguns marcos das iniciativas tomadas pelas entidades representativas da categoria, que iremos dar ênfase: A *Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*¹⁰ (2017-2020), realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS/CRESS), essa campanha da gestão do triênio buscou incentivar a centralidade ao debate do racismo relacionado com o exercício profissional, tanto no incentivo do combate no cotidiano profissional, quanto estar atento às expressões do racismo na vida dos usuários. Realizando esse movimento não apenas internamente com a categoria, mas com a população usuária dos serviços, o Movimento Negro e a sociedade civil. Ao fim dessa Campanha a gestão do triênio lança o livro *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*¹¹ (2020), o conteúdo desta publicação tem a intenção de servir como um registro histórico para os assistentes sociais da atual e futura geração sobre uma das iniciativas mais significativas da Gestão.

A publicação da *Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia*¹² pelo CFESS (2018), que contou com a elaboração de umas das maiores referências da temática dentro do Serviço Social, a Márcia Campos Eurico¹³. Este documento tem como objetivo guiar e conscientizar os assistentes sociais sobre a importância de registrar informações relacionadas à raça, cor e etnia dos usuários, sem se desvincular da ética e do respeito à individualidade do usuário. A coleta desses dados é essencial para reconhecer e enfrentar as desigualdades raciais existentes, o que conseqüentemente pode promover uma atuação profissional mais equitativa.

¹⁰ Para mais informações acesse: <https://servicosocialcontraracismo.com.br/>.

¹¹ Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>.

¹² Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>.

¹³ Bacharela, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais - UNIFESP Baixada Santista. Coordenadora do GTP da ABEPSS Serviço Social, Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/etnia e Sexualidades e da ênfase de raça/etnia no biênio 2021-2022. Membro da Frente Nacional Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Suas linhas de pesquisa são: 1. Relações étnico-raciais e Serviço Social, 2. Serviço social, classe, raça, etnia, gênero e sexualidades, 3. Serviço Social, Questão Social e Política Social. Informações retiradas do currículo lattes, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7953157698593290>.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

A realização do *Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social*¹⁴ (2020), abordando a temática “*A virada agora é preta – 40 anos do Congresso da Virada por uma práxis antirracista*”, promovido pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e realizado no Rio de Janeiro, é um marco para o Movimento Estudantil, pois foi o primeiro evento nacional da ENESSO que abordou de maneira central o debate da questão étnico-racial. A criação da *Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*¹⁵ (2020), surgiu a partir da proposta de articulação de assistentes sociais negras(os) em nível nacional, com o objetivo de influenciar os espaços da categoria, visando fortalecer e avançar coletivamente em iniciativas antirracistas na formação e na prática profissional.

O lançamento da *Plataforma Antirracista*¹⁶ (2022) pela ABEPSS, trata-se de uma biblioteca digital que oferece sugestões de referências teóricas, entre livros, dissertações, teses e artigos, nas principais áreas do conhecimento abordadas pelo Serviço Social vinculado ao debate sobre a questão étnico-racial. Essa é uma tentativa de comprovar que o debate não deve ser tratado especificamente em uma sessão temática, apartada das outras sessões, mas que ele pode e deve perpassar todos os outros debates. A realização do *49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS*¹⁷ (2022), com o tema “*Na terra de Dandara e Zumbi, reafirmamos nossa força coletiva*”, marca o fim da gestão 2020/2023 e o reencontro presencial após a Pandemia de Covid-19.

A publicação do *Termo de Orientação Serviço Social Antirracista*¹⁸ (2023), produzido pelo CRESS/RJ, apesar de não ser um documento de orientação nacional como os demais, no entanto representa um avanço de conscientização das Regionais desencadeadas através das que a antecederam nacionalmente. Esse material, publicado em formato de ebook surge para conduzir o exercício profissional na perspectiva antirracista, em consonância com o Código de Ética (1993), que em seus Princípios Fundamentais destaca o compromisso da categoria no

¹⁴ Mais informações sobre a descrição do evento, acesse: <https://www.sympla.com.br/evento/snfpmess-2020-a-virada-agora-e-preta/734178?referrer=www.google.com>.

¹⁵ Carta de apresentação, disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/carta-principios-frentecombateracismo.pdf>.

¹⁶ Confira a plataforma em: <https://abepss.org.br/lancamento-da-plataforma-antirracista/>.

¹⁷ Relatório final dos acontecimentos do encontro, acesse: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Cfess2022-RelatorioFinal49EN-Corrigido.pdf>.

¹⁸ Acesso em: https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Cress_E-boook_Termo-de-Orientacao-Antirracista_CAPA1-1.pdf.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

empenho da eliminação de todas as formas de preconceito. A realização do principal evento dos pesquisadores da área para socialização do conhecimento, o *18º Encontro Brasileiro de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS)*¹⁹ (2024), abordando o tema: “*Relações de classe e raça-etnia no Brasil: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social*”, com o intuito de compor a agenda antirracista que vem sendo construída.

Os marcos da trajetória aqui apresentados configuram parte dos movimentos políticos e institucionais que vêm constituindo a agenda antirracista no interior do Serviço Social. Trata-se de um mapeamento elaborado a partir das evidências identificadas no percurso da pesquisa, e que expressa iniciativas construídas em diferentes espaços, entidades representativas, produção intelectual e instâncias formativas na direção de afirmar a centralidade e emergência da incorporação do debate da questão racial para a profissão.

A análise desses marcos permite compreender que a incorporação do debate racial não ocorreu de forma linear ou espontânea, mas foi resultado de disputas, tensionamentos e acúmulos históricos protagonizados, em grande medida, por assistentes sociais negras e por articulações com os movimentos sociais. Esse processo revela que a consolidação de uma agenda antirracista depende tanto da produção crítica de conhecimento quanto da ocupação de espaços políticos estratégicos no interior das entidades da categoria.

Ao mesmo tempo, o fato de ser possível delimitar “marcos” evidencia que essa agenda ainda se constrói por meio de inflexões e avanços graduais, e não como dimensão plenamente enraizada em toda a formação e no exercício profissional. Assim, finalizar esta seção implica reconhecer que os avanços são inegáveis e significativos, mas permanecem atravessados por desafios estruturais. O fortalecimento de uma perspectiva antirracista no Serviço Social exige continuidade, aprofundamento teórico e compromisso político permanente.

Considerações Finais

A socialização dos dados iniciais da pesquisa em curso, que fundamenta este artigo, possui como objetivo reconhecer os avanços já consolidados na agenda antirracista no interior do Serviço Social, ao mesmo tempo em que sinaliza a necessidade de seu aprofundamento e ampliação. Ressaltar essa necessidade não implica desqualificar as entidades representativas da

¹⁹ Conferir a programação do encontro, acesse: <https://alvo.iweventos.com.br/evento/enpess2024/programacao/gradeatividades/todas>.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

categoria, tampouco desconsiderar os importantes marcos históricos construídos, especialmente a partir da implementação e regulamentação das Diretrizes Curriculares de 1996 e das demais normativas e deliberações que orientam a formação profissional. Ao contrário, parte-se do reconhecimento desses acúmulos para afirmar que o compromisso ético-político da profissão exige permanente revisão crítica e atualização diante das determinações históricas do presente.

Nessa direção, propõe-se que o movimento do real, impulse o fortalecimento do debate racial no âmbito da formação e do exercício profissional. A referência ao movimento de Sankofa²⁰, expressa a necessidade de reconhecer lacunas e limites históricos, a fim de enfrentá-los. Trata-se de consolidar uma formação que incorpore, de maneira estruturante e não secundária, a centralidade da questão racial na constituição da questão social brasileira.

Longe de pretender esgotar a temática ou apresentar conclusões definitivas, este artigo se coloca como contribuição inicial e convite ao diálogo. Busca-se fomentar interlocuções acadêmicas e políticas que fortaleçam uma rede de pesquisas comprometida com a construção de um perfil profissional ancorado na tradição marxista e orientado pela perspectiva antirracista. Por fim, compreende-se que o avanço dos estudos sobre a questão racial não beneficia exclusivamente a população negra, mas qualifica a apreensão crítica da formação social brasileira como um todo.

Referências

AGENCIA IBGE. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento**. 2022. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento#:~:text=Destaques,pardos%20\(38%2C4%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento#:~:text=Destaques,pardos%20(38%2C4%25)). Acesso em: 27 Fev. 2026.

ANDRADE, Liliane Gomes de Abrantes; SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes de. As diretrizes curriculares da ABEPSS frente ao avanço do ensino a distância. **Revista Educação em Foco**, Belo Horizonte, n. 49, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/6632/5392>. Acesso em: 27 Fev. 2026.

ASSIS, Eliane Santos de. **A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no Serviço Social**. 2022. Tese (Doutorado em

²⁰ Para mais informações, acesse: <https://abepss.org.br/conheca-o-simbolo-que-compoe-a-identidade-visual-da-oficina-nacional-635/>.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Serviço Social) – Programa De Estudos Pós-Graduados Em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022, São Paulo. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/30905/1/Eliane%20Santos%20de%20Assis.pdf>. Acesso em: 27 Fev. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 27 Fev. 2026.

BARROS, Maria Isabel Soares; SILVA, Maria Niegia Lourenço da; SILVA, Sandriely Maria Oliveira. **Debate racial, marxismo e formação em Serviço Social: Um olhar através dos núcleos de fundamentação**. In: XI Jornada de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí - UFPI, 2025, Teresina - Piauí. Anais eletrônicos. Disponível em: https://pubhtml5.com/mbml/couw/ANAIS_da_XI_Jornada_de_Servi%C3%A7o_Social_2025/1. Acesso em: 27 Fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. 2005. Disponível em: https://cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 27 Fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 27 Fev. 2026.

FAUSTINO, Maiara Silva. **Por uma educação antirracista: reflexões para a formação profissional em Serviço Social**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FERREIRA, Camila Manduca. A História do Serviço Social pensada a Partir da “Revista do Padre Saboia”. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 253-271, dez. 2009.

FONSECA, Cleomar Campos da; NÓBREGA, Mônica Barros da; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. A formação acadêmica em Serviço Social no Município de Campina Grande: Gênese e desenvolvimento sócio-histórico. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; PATRIOTA, Lúcia Maria; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio (org.). **O curso de Serviço Social da UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica**. Campina Grande: EdUepb, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

IAMAMOTO, Marilda. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 20, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A QUESTÃO RACIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 11 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=39980>. Acesso em: 27 Fev. 2026.

KOSIK, Karel. **A dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIRA, Priscila. Lemos. **Movimento de mulheres negras e o serviço social**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/5efdfade-a23b-43c4-bb69-7afbed1a633f/content>. Acesso em: 27 Fev. 2026.

LOURENÇO, Cristiane. **Racismo acadêmico e formação em serviço social: algumas reflexões**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 24, n. 48, p. 404-419, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44057/32576>. Acesso em: 27 Fev. 2026.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Adesão formal ou real ao antirracismo no Serviço Social? Caminhos e descaminhos do debate étnico-racial na categoria profissional**. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa De Estudos Pós-Graduados Em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/42210>. Acesso em: 27 Fev. 2026.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e luta antirracista: contribuições das entidades da categoria no combate ao racismo**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2020.

SILVA, Alcione Ferreira. **A questão social e dilemas étnico-raciais no Brasil: apontamentos sobre o projeto ético-político do serviço social**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual da Paraíba, 2014. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3550/1/PDF%20-%20Alcione%20Ferreira%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 27 Fev. 2026.

SILVA, Diego Tabosa da. **As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e o projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro: Resistência à exigência por profissionais “camaleônicas”**. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa De Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal Do Rio De Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2024.

VITORIO, K. L. **O debate racial na agenda política do Conselho Federal De Serviço Social (CFESS)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/49f455ba-15fb-419f-a314-7d97e5d7e0c9/content>. Acesso em: 27 Fev. 2026.